Producto: Manual de integración de la resinación en el sistema de defensa contra incendios forestales.

Actividad: Sistema de integración de la resinación en el sistema de defensa contra incendios forestales.

Entregables:

- Estudio de sistema de integración de la resinación el sistema de defensa contra incendios forestales en tres municipios portugueses.

Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe a través del Fondo Europeo de Desarrollo

ENTREGÁVEL 2.7.1. ESTUDO DA INTEGRAÇÃO DA RESINAGEM EM 3 MUNICÍPIOS PORTUGUESES

1 OBJECTIVOS, ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO PARA UM APOIO

2 CASOS DE ESTUDO

3 PROPOSTA DUM MODELO DE APOIO

OUTUBRO DE 2021

ÍNDICE

1. OBJECTIVOS, ENQUADRAMENTO JUSTIFICAÇÃO PARA UM APOIO 1

1.1. OBJECTIVOS 1

1.2. ENQUADRAMENTO 1

1.2.1.O TRABALHO JÁ FEITO EM QUE SE ENQUADRA ESTA PROPOSTA 1

1.2.2. ENQUADRAMENTO NO DECLÍNIO DA RESINAGEM EUROPEIA E A IMPORTÂNCIA DA REDE EUROPEIA DOS TERRITÓRIOS RESINEIROS 3

1.3. JUSTIFICAÇÃO PARA A EXISTÊNCIA DUM APOIO Á REACTIVAÇÃO DA RESINAGEM EM PORTUGAL 6

2. CASOS DE ESTUDO 9

2.1. SELECÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO 9

2.2.ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO 10

2.2.1. OURÉM 10

2.2.1.1. ENQUADRAMENTO 10

2.2.1.2. INTEGRAÇÃO DA RESINAGEM NUM PROCESSO ASSOCIATIVO 11

2.2.1.3. REACTIVAÇÃO DA RESINAGEM COMO UMA FERRAMENTA TERRITORIAL DE DESFESA CONTRA INCÊNDIOS 14

2.2.1.4. IMPACTO TERRITORIAL DO EFEITO DFCI DA RESINAGEM 17

2.2.2. PROENÇA A NOVA 19

2.2.3. TERRAS DO INFANTE 22

3. PROPOSTA DUM MODELO DE APOIO 24

3.1. ESTRATÉGIA E OBJECTIVOS 24

3.2. O CONCEITO DE NÚCLEO DEFESA COM RESINAGEM (NDR) 25

3.3. SÍNTESE E DESENHO ECONÓMICO DO MODELO DE APOIOS PROPOSTO 32

3.4.DESCRIÇÃO MATERIAL E FINANCEIRA DOS APOIOS PROPOSTOS

3.4.1. IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE DEFESA COM BASE NA RESINAGEM (NDR) 35

3.4.1.1. ACTORES LOCAIS A ENVOLVER 35

3.4.1.2. DESCRIÇÃO DAS ACÇÕES E CUSTOS ASSOCIADOS 37

3.4.2. BENS IMATERIAIS 38

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

1. OBJECTIVOS, ENQUADRAMENTO JUSTIFICAÇÃO PARA UM APOIO

1.1. OBJECTIVOS

Este estudo tem os seguintes 3 grupos de objectivos:

1. Identificar formas de integrar a Resinagem nos sistemas municipais de defesa contra incêndios em áreas minifundiárias abandonadas sujeitas a processos de abandono e de ciclos de incêndio catastróficos. Por sua vez essas formas de integração deverão:
   - ser compatíveis com o sistema muncipal DFCI actual;
   - ser uma base de trabalho criadora de sinergias no funcionamento global dos sistemas actuais
2. Fornecer elementos técnicos para um desenho de propostas de políticas rurais de reactivação da resinagem aderentes á realidade dos territórios minifundiários abandonados
3. Definir um modelo de apoio concreto com base nos elementos reunidos que possa ser implementado no curto prazo – no âmbito do PRR ou da PAC.

Para alcançar estes objectivos foram analisados 3 casos de Estudo em municípios representativos da problemática estudada.

1.2. ENQUADRAMENTO

1.2.1.0 TRABALHO JÁ FEITO EM QUE SE ENQUADRA ESTA PROPOSTA

O apoio à reactivação da resinagem como ferramenta territorial de defesa contra incêndios, tem vindo a ser tratado em termos técnicos e políticos desde o 1ª projecto SustForest (2010-2013). e com continuidade no actual SustForest Plus (2018-2021). Estes projectos permitiram reunir em torno da resinagem os múltiplos actores da fileira de Portugal, Espanha e França, o que deu origem a um conjunto de iniciativas e acções que poderemos sintetizar na seguinte sequência cronológica:

- 2010- 2013 – SustForest (Multifuncionalidade e emprego rural nos territórios do sul da Europa) com apoio do programa INTERREG IV C. Permitiu lançar bases para uma discussão alargada desta temática.
- Abril de 2013 - Simpósio Internacional de Resinas naturais que teve lugar em Coca (segóvia). Este simpósio correspondeu ao encerramento do projecto SustForest, e reuniu actores da fileira das resinas naturais de todo o mundo..
- Julho de 2013 – apresentação à Comissão Europeia em Bruxelas das principais conclusões do SustForest
- 2013 - Criação do GTR (Grupo de trabalho da Resina) este grupo de trabalho informal de técnicos, resineiros e industriais portugueses, permitiu manter a continuidade das linhas de trabalho do SustForest, sobretudo no que se refere à construção duma linha de argumentação para justificar um apoio público à resinagem, o que deu origem a uma proposta concreta para o PDR2020, que o Governo Português estava na altura a preparar para enviar.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

- 2014 - Criação da Resipinus – na sequência do Simpósio Internacional de Resinas naturais, um grupo de resineiros e industrias de 1ª transformação portugueses criaram a Resipinus que passou a ser a primeira associação nacional representativa de resineiros e indústria. Logo após a sua criação a Resipinus enviou formalmente ao Governo a proposta de apoio á resinagem que tinha sido construída pelo GTR.
- 2014 – a proposta de apoios à resinagem não foi aprovada pelo governo para integrar o PDR. Ainda foi feita uma reunião com a ministra Assunção Cristas, e uma tentativa de inclusão da medida numa reprogramação do PDR, o que nunca chegou a acontecer.
- 2018 – aprovação do SustForest Plus (Estratégia e redes de colaboração para a conservação e emprego no Sul da Europa através da resinagem), com apoio do programa INTERREG IV C. Este projecto surgiu numa linha de continuidade do anterior, procurando avançar para questões mais concretas a partir das bases construídas
- 31 de Maio 2019 – jornadas internacionais de "Aproveitamento resineiro: florestas com futuro" organizadas no âmbito do Sforest em Proença a Nova. Nestas jornadas iniciou-se o processo de constituição da Rede Europeia de Territórios Resineiros. Na sequência das conclusões de várias mesas de trabalho temáticas muito participadas, que aí tiveram lugar, foi produzido um documento final "Carta de Proença a Nova" que constitui as bases (princípios, valores, conteúdo) para a "Rede Europeia dos Territórios Resineiros". A Comissão instaladora da Rede foi presidida por João Lobo, Presidente do Município de Proença a Nova , e neste momento já tem os estatutos aprovados estando prevista a sua constituição formal para o princípio de 2022 numa reunião marcada para Proença a Nova.
- 31 de Maio 2019 – lançamento do programa de "resineiros vigilantes" com assinatura dum protocolo entre ICNF e Resipinus. Este programa previa um apoio aos resineiros nos dias de alerta, e previa também um apoio á silvicultura preventiva que não veio a ser concretizado. Em 2019 foi o arranque já a meio da campanha, tendo mesmo assim ser possível fazer um balanço global. Em 2020 e 2021 as equipas foram reforçadas. É um bom apoio para ajudar à manutenção dos resineiros, através do seu serviço de vigilância, e marca o início dos apoios públicos á resinagem, mas fica muito aquém das medidas propostas em termos de capacidade de reactivação da resinagem.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

1.2.2. ENQUADRAMENTO NO DECLÍNIO DA RESINAGEM EUROPEIA E A IMPORTÂNCIA DA REDE EUROPEIA DOS TERRITÓRIOS RESINEIROS

O declínio da resinagem europeia, contrasta com a boa forma actual da indústria de 2ª transformação europeia que actualmente trabalha maioritariamente com resina importada fora da Europa - a área resinada actual europeia não chega a 10% da área de meados do século XX.

Este declínio está ligado à redução do preço dos mercados mundiais - e numa economia globalizada – aqui não há muito a fazer.

Onde está tudo por fazer é ao nível das falhas de mercado associadas á resinagem, ou seja no pagamento das externalidades positivas dos sistemas de produção resineiros europeus que têm um valor cada vez mais alto no contexto territorial actual.

A prática tem mostrado que os ecossistemas europeus mediterrânicos precisam dum mínimo de gestão e de intervenção humana, abaixo da qual colapsam e entram em processos de ciclos de incêndio catastróficos que rapidamente conduzem a percas irreversíveis do património natural (solo, biodiversidade etc.).

Em grande parte do Sudoeste europeu, assistiu-se ao abandono dos sistemas de produção tradicionais o que levou nos últimos 50 anos à consequente instalação da problemática dos incêndios.

Acontece que a resinagem europeia é uma actividade sustentável que leva a uma intensa presença humana no espaço florestal durante o verão (80 horas/ha.ano) incomparavelmente maior que em qualquer outra produção florestal, o que se reflecte num enorme potencial de benefícios públicos sobretudo ao nível da defesa contra incêndios e conservação da natureza, que não são pagos, e que assim são típicas externalidades positivas do sistema de produção. Ou seja estamos perante uma falha de mercado que só o Estado pode corrigir – mesmo nas economias mais liberais considera-se que essa é uma das poucas funções do Estado!

Atendendo à gravidade da problemática territorial dos incêndios e ao potencial da resinagem na sua contenção, não nos parece restar grandes dúvidas que o correcto pagamento dessas externalidades positivas ultrapassaria em muito a quebra do preço mundial dos últimos 50 anos e a resinagem voltaria a ser uma actividade económica altamente viável para resineiros e produtores florestais, como já o foi no passado.

Portanto a Resinagem numa análise completa, se forem corrigidas as falhas de mercado, é uma actividade economicamente viável, mas não será, como acontece agora, quando apenas recebe o que o mercado paga que é uma pequena parte dos bens económico que produz.

Foi neste contexto de declínio da resinagem e de impasse político face aos indispensáveis apoios do Estado para corrigir esta enorme falha de mercado, que surgiu a Rede Europeia dos Territórios Resineiros (RETR) – um dos principais objectivos da RETR é precisamente levar a que as políticas rurais europeias façam o pagamento das externalidades positivas da resinagem

Para além disso a RETR pretende promover a criação duma marca da resina europeia,

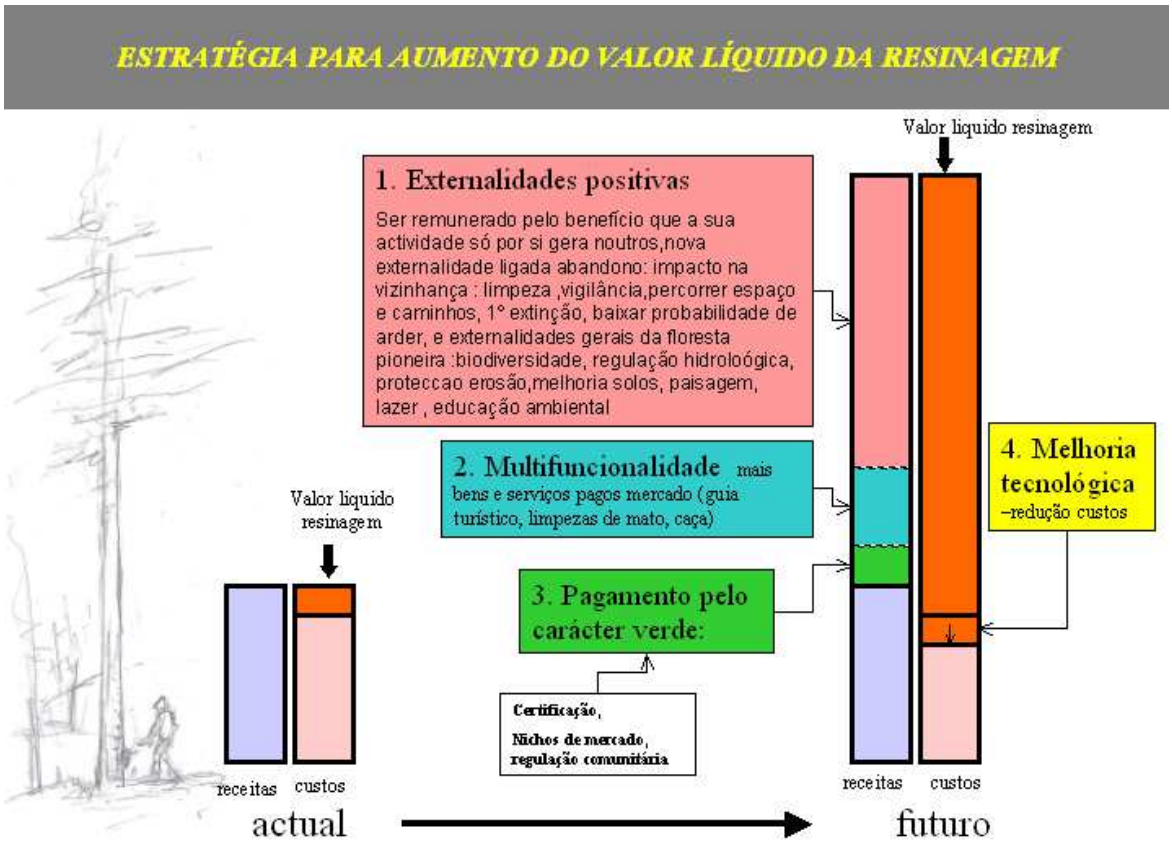
SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

para permitir que o seu modo de produção sustentável e os seus benefícios ecológicos, ambientais e sociais sejam garantidos perante o consumidor final, e também por aí aumentar a viabilidade económica da resinagem.

Haverá muito a fazer para que esta "boa causa" se possa materializar na realidade, e para o garantir é preciso um trabalho de conjunto que a Rede Europeia de Territórios Resineiros pretende estruturar e por em prática.

Em termos pragmáticos a chave para resolver esta questão está em conseguir aumentar o valor líquido de resineiros e proprietários florestais. E para isso a RETR já definiu como ponto de partida uma estratégia ilustrada na fig seguinte, assente numa acção integrada de 4 factores com impacto na microeconomia da resinagem, em que 3 têm a ver com aumento de receitas e 1 com redução de custos:

- Aumento de receitas:
  1. pagamento das externalidades positivas;
  2. multifuncionalidade
  3. pagamento do carácter verde - certificação
- Redução de custos
  4. Melhoria técnológica – melhoria genética, técnicas extracção



Assim o que se pretende é passar dum cenário actual com um valor liquido muito baixo, para um cenário futuro com valor líquido reforçado de várias formas. Actualmente as únicas receitas da resinagem são as que a que a indústria pode pagar numa economia

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

fortemente globalizada, não sendo de esperar grandes melhorias no futuro.

O valor líquido do cenário actual é muito baixo e frequentemente negativo – os resineiros que subsistem procuram ajustar-se, escolher os pinhais disponíveis mais rentáveis, são idosos não existe renovação com gente nova - é uma actividade em "vias de extinção" - e neste cenário nunca se poderá contar, com a reactivação da resinagem para quebrar o ciclo de abandono nas vastas áreas de pinhal que ainda restam.

Quanto ao cenário futuro proposto, o maior valor líquido permitirá trazer gente nova e investimento, e a fileira da resina já mostrou que é capaz de responder rapidamente a este tipo de desafios, e contribuir de forma decisiva para reactivar territórios abandonados, com ganhos económicos, ambientais e sociais para toda a sociedade.

Finalmente no que se refere a esta proposta concreta, está focada na questão do pagamento das externalidades positivas no âmbito da defesa contra incêndios. Acreditamos ser neste momento esta acção a mais urgente dado o estado do território e aos resultados potenciais mais imediatos que poderão ser alcançados, já que os Estado dispõe de fundos nacionais e comunitários enquadrados em instrumentos de políticas vocacionados para esse fim - quer seja os fundos disponíveis no PRR no curto prazo que ser seja a médio prazo no próximo pacote da PAC, actualmente em preparação.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

1.3. JUSTIFICAÇÃO PARA A EXISTÊNCIA DUM APOIO Á REACTIVAÇÃO DA RESINAGEM EM PORTUGAL

A reactivação da resinagem em Portugal, poderá dar origem a um importante conjunto de vantagens tanto em termos de bens públicos e de externalidades positivas como de contributos bastante significativos para a economia nacional, e para a criação de emprego que justificarão um bom enquadramento em termos do perfil das produções rurais, elegíveis para apoio pela PAC.

Note-se que se trata duma actividade ou produção rural que nunca foi apoiada pela PAC mas que face ao seu extraordinário carácter de "actividade geradora de bens públicos" faz todo o sentido que passe a ser apoiada sobretudo atendendo às orientações que têm vindo a marcar a reforma da PAC, em que cada vez mais a existência de contrapartidas públicas concretas para os apoios do Estado, tendem a assumir-se como cada vez mais prioritários.

Em concreto o conjunto de vantagens e de razões, que, na nossa opinião, justificarão um apoio público á resinagem são os seguintes:

- A resinagem é a actividade rural que, no contexto territorial actual, poderá ter um impacto positivo mais forte em termos de redução de incêndios nas zonas mais críticas do Continente.
- O contributo da resinagem para o balanço do carbono é muito positivo – primeiro pela redução de incêndios, e em segundo lugar porque é um produto natural que pode substituir uma grande quantidade de produtos derivados do petróleo largamente utilizados pela industria.
- A resinagem é uma das actividades rurais com maior capacidade para criar emprego em zonas rurais marginalizadas - Entre as várias produções florestais é, de longe a mais intensiva em termos de mão de obra – 80 hr/ha ano – o que significa que a reactivação da resinagem para uma utilização plena dos pinhais actuais poderá criar até 10.000 novos postos de trabalho directos, localizados em zonas rurais marginalizadas, logo combatendo também o despovoamento populacional dessas zonas. Actualmente existem cerca de 2000 resineiros na Europa (500 em Portugal e 1500 em Espanha).
- A resinagem é, entre as actividades económicas rurais actuais, uma das que poderá ter um contributo imediato mais alto para o VAB nacional – porque a resina produzida nos nossos pinhais permite o funcionamento e a sobrevivência da industria de primeira transformação e poderá substituir matéria prima importada utilizada na indústria de 2ª transformação (que actualmente importa 90% da matéria prima que consome).
- O aumento da resina natural dos nossos pinhais terá sempre todo o seu escoamento garantido pela indústria de 2ª transformação nacional, que é uma das mais importantes a nível mundial.

Para além disso, a excessiva dependência da importação de matéria prima está a limitar o crescimento da indústria de 2ª transformação que poderia crescer mais, já que existe uma procura mundial crescente pelos derivados das resinas naturais. Esta limitação resulta da compra de matéria prima no mercado

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

mundial ser muito incerta, estar sujeita a especulações, e à matéria prima disponível ter que ser obtida em proveniências diversas (China, Brasil, Indonésia, etc) logo com caraterísticas químicas diversas e incertas o que dificulta muito e encarece os processos industriais da 2ª transformação para garantirem no final um produto homogéneo aos seus clientes. Assim, uma reserva de matéria prima nacional, com características homogéneas e de negociação mais simples, poderia traduzir-se num efeito multiplicador significativo no crescimento da industria de 2ª transformação.

- O pinheiro bravo é uma espécie pioneira essencial na manutenção da paisagem e na preservação dos solos em mais de metade do país, e a prática da resinagem aumenta extraordinariamente os índices de biodiversidade dos seus ecossistemas.
- A área de pinhal resinável tem vindo a ser destruída por incêndios a uma taxa muito alta – é essencial preservar e aproveitar o último reduto significativo que nos resta.
- O sistema de produção de resina nos pinhais portugueses é tipicamente um sistema produtor de múltiplas externalidades positivas, e, como tal, o seu óptimo económico e a sua área de expansão territorial óptima, só pode ser alcançada se o Estado pagar essas externalidades positivas aos produtores – trata-se dum caso em que mesmo as economias mais liberais defendem que é essencial uma intervenção do Estado para corrigir o mercado.
- À excepção do apoio recente do projecto "resineiros vigilantes", importante mas com impacto territorial ainda vestigial, a resinagem nunca beneficiou de nenhum apoio público, nomeadamente pela PAC, para pagar as externalidades positivas que gera.
- Os resineiros, apesar de desempenharem um papel de primordial importância na gestão e manutenção dos nossos pinhais e de terem sofrido elevados prejuízos – entre os mais elevados – com os incêndios florestais, não foram nunca alvo de qualquer consideração ou compensação.

Em primeiro lugar parece-nos muito importante que no PEPAC (2021-2027) não deixem de ser bem consideradas e ponderadas todas estas vantagens e fundamentos que de acordo com distintas perspectivas (económicas, ambientais, sociais) justificam uma grande e inadiável **necessidade e oportunidade** de apoiar a resinagem no PDR. Este aspecto é importante e insere-se numa das recomendações do Tribunal de contas Europeu1, para melhorar fragilidades detectadas no anterior PDR, em termos de melhoria significativa do valor económico das florestas, em que se recomenda aos Estados Membros:

"descrever adequadamente nos seus PDR as necessidades e oportunidades específicas dos diversos tipos de superfícies florestais e de beneficiarios"

Por outro lado, se bem que este grande conjunto de vantagens seja, pelo seu conjunto em si, um factor de grande importância para justificar o apoio público à resinagem, o grande nº de vantagens poderá dificultar a implementação na prática do apoio; pela complexidade de provar, quantificar e montar formas de controlo de aplicação de recursos públicos motivadas por objectos de natureza tão diversa.

1 Tribunal de Contas Europeu; Relatório Especial nº8 de 2013 - Apoio do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural à Melhoria do Valor Económico das Florestas,

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

Parece-nos portanto, bastante mais sensato e eficaz, evitar a dispersão de argumentação e concentrar o foco numa temática concreta e de quantificação mais consensual. Assim, numa perspectiva operacional, de todas as vantagens enumeradas, consideramos que o contributo da resinagem para a defesa contra incêndios será a que apresenta contributos públicos mais tangíveis e que permite um melhor conhecimento prático dos mecanismos que explicam a relação causa/efeito, o que facilitará bastante a montagem dum sistema de apoios eficiente, credível e bem aceite pelos contribuintes e pela sociedade em geral.

Desta forma adopta-se a seguinte estratégia:

- Justificação do apoio com base na Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI), ou seja o apoio terá que ser "pago" em primeiro lugar pelo retorno público resultante da protecção e diminuição de prejuízos (económicos, ambientais, sociais) resultante da redução da área ardida devido á reactivação da resinagem, comparativamente a um cenário sem apoio;
- O conjunto de todas as outras vantagens funcionarão como uma margem de segurança - em termos qualitativos mas sem a pretensão da quantificação. De qualquer forma, dado o grande número, e a inquestionável importância dessas vantagens, poderemos admitir que, mesmo sem a pretensão da quantificação, se poderá afirmar que se trata duma margem de segurança bastante grande.

A escolha do contributo DFCI da resinagem, tem também a grande vantagem de ser bastante completa e abrangente, já que afecta de forma indirecta grande parte das outras vantagens, como a biodiversidade, sequestro de carbono, conservação da paisagem, a defesa da redução da área de pinho, manutenção e/ou criação de emprego em territórios marginais.

Note-se ainda que o contributo DFCI, para além de constituir de facto uma das principais vantagens da reactivação da resinagem no contexto territorial actual, em termos operacionais beneficia desde logo de existência duma grande consciência social para esta temática, e de existirem já políticas de DFCI em funcionamento. Este facto, como se verá adiante, permitirá potenciar bastante o impacto positivo do apoio á resinagem - em concreto já existe um sistema nacional e municipal de DFCI onde o contributo da resinagem poderá ser integrado, sendo expectáveis bastantes efeitos sinérgicos.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

2. CASOS DE ESTUDO

2.1. SELECÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO

Foram escolhidos 3 casos de estudo representativos da problemática territorial dos incêndios e onde existiria á partida área potencialmente resinável para justificar implementar a resinagem como ferramenta territorial de defesa contra incêndios.

Foram escolhidos dois municípios do Pinhal da zona Centro (Ourém e Proença a Nova) e uma associação de 3 municípios do Barlavento Algarvio (associação de municípios Terras do Infante que inclui Lagos, Aljezur e Vila do Bispo).

Estes 3 casos de estudo apresentam ainda a vantagem de existir um trabalho de defesa contra incêndios á escala municipal, bem implementado baseado numa planificação DFCI assente numa cartografia aderente á realidade actual.

Em termos de resinagem a situação é a seguinte:

- Ourém – com a reactivação da resinagem desde 2014
- Proença a Nova – com uma tentativa de reactivação da resinagem em 2020
- Terras do Infante (Aljezur, Lagos, Vila do Bispo) – sem experiência de reactivação

As características muito diferentes em termos territoriais e de processo DFCI dos 3 casos de estudo levaram a optar por uma abordagem bastante flexível focada nos aspectos mais relevantes em termos de potencial de resinagem.

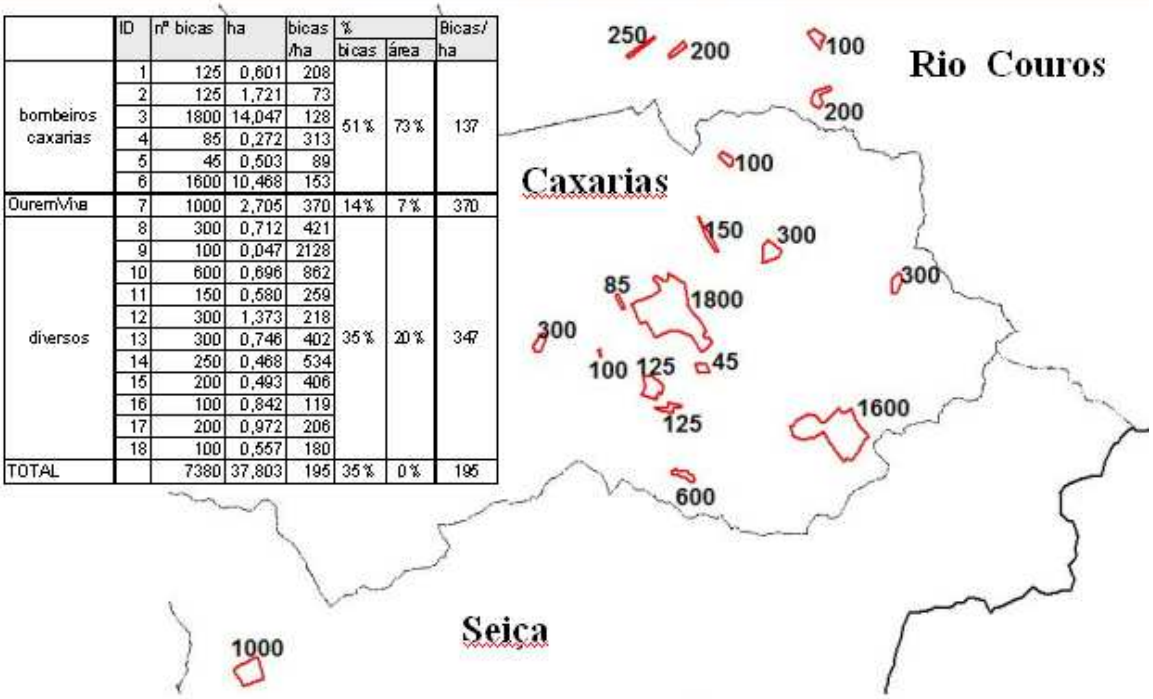
SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

2.2.ANÁLISE DOS CASOS DE ESTUDO

2.2.1. OURÉM

CASO DE ESTUDO DE OURÉM – REACTIVAÇÃO DA RESINAGEM EM OURÉM DESDE 2014 NA SEQUÊNCIA DO 1º SUSTFOREST

	ID	nº bicas	ha	bicas /ha	% bicas	% área	Bicas/ ha
bombeiros caxarias	1	125	0,601	208	51%	73%	137
	2	125	1,721	73			
	3	1800	14,047	128			
	4	85	0,272	313			
	5	45	0,503	89			
	6	1600	10,468	153			
Ourem/Vila	7	1000	2,705	370	14%	7%	370
diversos	8	300	0,712	421	35%	20%	347
	9	100	0,047	2128			
	10	600	0,696	862			
	11	150	0,580	259			
	12	300	1,373	218			
	13	300	0,746	402			
	14	250	0,468	534			
	15	200	0,493	406			
	16	100	0,842	119			
	17	200	0,972	206			
	18	100	0,557	180			
TOTAL		7380	37,803	195	35%	0%	195



2.2.1.1. ENQUADRAMENTO

À semelhança de muitas zonas de pinhal do centro de Portugal, a resinagem no concelho de Ourém teve uma larga implantação, de 1950-1990, tendo-se praticamente extinguido desde então até á sua reactivação em 2014, o que em parte resultou do primeiro projecto Sust Forest de que a empresa municipal de Ourém era um sócio beneficiário. A evolução foi a seguinte:

evolução da área resinada

	nº parcelas	área ha	nº bicas	bicas/ ha
2014	18	38	7 380	194
2015	24	71	13 368	188
2016	26	82	15 868	194
2017	27	81	14 255	177
2018	39	96	16 198	169
2019	32	83	13 000	157

A reactivação da resinagem manifesta um bom potencial de expansão se atender aos

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

seus benefícios públicos, mas enfrenta logo á partida o obstáculo central de falta de rentabilidade privada, em grande parte resultante desses benefícios públicos, que são externalidades positivas, não serem pagos, o que leva a que os resineiros que conseguem sobreviver trabalham sempre muito próximo do limiar de rentabilidade e não têm capacidade económica e financeira para suportar os obstáculos imprevistos como por ex. o dos incêndios.

Mas para além da questão da rentabilidade económica em si, existem obstáculos estruturais que tornam a condição da rentabilidade uma condição necessária mas não suficiente. E esses aspectos são os seguintes:

- minifúndio e grande dispersão da propriedade florestal – o que torna muito difícil encontrar áreas de intervenção com escala;
- abandono, de grande parte dos terrenos pelos proprietários – o que torna difícil reactivar a intervenção;
- grandes problemas ao nível da titularidade dos prédios, associados à divisão decorrente de partilhas que geralmente não estão concluídas, o que num processo de várias gerações leva a uma cada vez maior proporção de "terras sem dono" – este aspecto dificulta muito a tomada de decisões e no caso das "terras sem dono" chega-se à situação extrema onde à partida nunca serão tomadas decisões;
- O risco de incêndio muito alto – a questão dos incêndios assume uma dimensão que ultrapassa em muito a capacidade de resolução do proprietário florestal, neste contexto, mesmo em caso de igualdade de rentabilidade o proprietário será levado a preferir investir no eucalipto devido ao menor período de retorno do investimento com possibilidade de corte nos intervalos do ciclo de incêndios.

A reactivação da resinagem no caso de Ourém só foi possível, na sequência dum apoio da PAC no âmbito do PRODER para criar mosaicos de gestão de combustível que permitiu fazer em, áreas estratégicas DFCI projectos com escala liderados pelas Juntas de Freguesia.

2.2.1.2. INTEGRAÇÃO DA RESINAGEM NUM PROCESSO ASSOCIATIVO

A área resinada em Ourém está integrada numa Zona de Intervenção Florestal - ZIF de Seiça – Ourém abrange uma área total de 4 142 ha. Esta ZIF é gerida por uma Entidade Gestora (EG) que neste caso é a Geoterra. Está localizada numa área de estrutura minifundiária maioritariamente sem cadastro e com a seguinte inserção administrativa.

distribuição por freguesia e concelho da área geográfica da ZIF

concelho	Freguesia	área ha	
		freguesia	concelho
Ourém	Seiça	2 449	3 183
	Nª.S*. Piedade	251	
	Alburitel	483	
Tomar	Sabacheira	959	959
total		4 142	4 142

A área actual aderente totaliza 1 469 ha, pertencente a 192 proprietários, com a repartição descriminada no quadro seguinte.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

caracterização dos proprietários e área aderente

proprietários aderentes			área aderente	
tipo de proprietários e classe de área		nº de proprietários por tipo e	área total dos prédios ha	% da área total prédios em relação á área
públicos		4	693	47%
privados	10-75 ha	15	373	25%
	5-10 ha	22	173	12%
	1-5 ha	78	198	13%
	0,5-1 ha	28	21	1%
	< 0,5 ha	45	12	1%
total		192	1469	100%

Estes 192 proprietários aderentes já incluem os maiores proprietários pelo que o crescimento da área aderente terá que ser feita através de pequenos proprietários estimando-se que por cada 100 novos ha aderentes seja necessário envolver mais de 100 proprietários, e quanto maior for a fase de crescimento maior será essa relação.

A ZIF de Seiça-Ourém iniciou o seu processo de constituição em 2010, tendo sido constituída em 2015, num processo associativo particularmente difícil e atribulado em que o Estado criou obstáculos administrativos e ainda não concedeu os apoios normais que tem prometido e dado a qualquer outra ZIF. Em seguida faz-se uma síntese desse processo de constituição:

- Em 2010 estando abertos os apoios para a constituição de ZIFs a EG contratou uma técnica para constituir a ZIF de Seiça, contando receber para isso o apoio à constituição que estava em vigor, e que inesperadamente na semana seguinte - nem os técnicos do ICNF que informaram a EG (e daí ter-se avançado com o processo) o sabiam- fecharam. Mesmo assim continuou-se com todo o processo já que existiam expectativas criadas nos proprietários, técnica, etc.. sempre contando com o respectivo apoio ao menos no futuro, e tudo isso sempre acompanhado pelo ICNF nas reuniões de audiência prévia e finais – embora a partir de 2012 se tivesse alcançado área suficiente para o fecho da ZIF, foi-se adiando esse passo na esperança, sistematicamente adiada, da abertura dos apoios.
- **2014**, abriram apoios, num curtíssimo período, estranhamente não para a constituição, mas só para o funcionamento para ZIF já constituídas. A EG conseguiu fechar o processo dentro do apertado período de candidatura, e depois duma inesperada oposição do ICNF conseguiu-se ter apoio para fazer o PEIF (Plano específico de Intervenção Florestal), PGF (Plano de Gestão Florestal) e bases de cadastro em 2015, com trabalhos concluídos em 2016 estando-se ainda hoje, em **2021**, à espera do pagamento da última tranche.
- A EG ficou sempre à espera do apoio à constituição, que foi recebido por praticamente todas as outras ZIF a nível nacional, e na sua maioria criadas em zonas de estrutura fundiária bem mais fácil. Até que estes apoios abriram em 2017, 7 anos sobre o inicio e 3 sobre a conclusão do processo de constituição, e assim finalmente pode haver uma candidatura a esses apoios – no entanto o ICNF tem vindo a recusar esse pedido de apoio estando-se a aguardar uma resposta à contestação. Basicamente o ICNF diz que esta ZIF não tem direito a receber o apoio porque foi fechada antes do concurso em 2017, ao que a EG contesta que será provavelmente entre as ZIF candidatadas a este

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

concurso, a que há mais tempo necessita desses apoios para as acções tendentes à instrução do pedido de criação de ZIF (Objectivo do concurso de 2017), que comprovadamente teriam sido bem aplicados, já que se constituiu a ZIF, pelo que não faz sentido uma penalização por ter sido antecipado, sem qualquer apoio, um trabalho que o Estado quis e continua a querer promover e apoiar.

Fora os obstáculos administrativos artificialmente criados pelo Estado, existem os obstáculos reais resultantes duma estrutura fortemente minifundiária a que se soma o elevado grau de abandono e de distanciamento das actuais gerações de proprietários que muitas vezes não conhecem sequer os limites dos prédios, para além disso o histórico recente do associativismo local também não ajudava nada devido às falências recentes das Cooperativas Agrícolas (Ourém e Tomar) e da Associação de Proprietários Florestais (Ribatejo Norte).

Foi neste contexto de trabalho difícil que em 2010 se começou. No entanto iria beneficiar-se dum grande factor de apoio que veio a revelar-se determinante para a criação da ZIF – projectos de intervenção de Gestão de Combustível (Mosaicos e Galerias Ripícolas) apresentados pela Juntas de Freguesia em áreas de interesse público na perspectiva DFCI (mosaicos de gestão de combustível) ou na perspectiva da valorização ambiental (galerias ripícolas).

Foram realizados 11 projectos com áreas variando entre 30-80 ha envolvendo centenas de prédios privados, e as juntas de freguesia ao assumirem a responsabilidade dos projectos funcionaram como elementos agregadores perante o PRODER. O edital permitiu fazer um aviso público da obra aos proprietários e a partir daí a Junta pode fazer a obra e receber o respectivo subsídio – foi uma forma prática de, pela primeira vez depois de mais de 20 anos de adesão comunitária, se receber nesta área um apoio da PAC significativo!

Estes 11 projectos permitiram fazer uma intervenção em cerca de 700 ha com a distribuição que consta no quadro seguinte.

	área total ha	distribuição por anos ha									
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
melhoria galerias ripícolas	112		24	45	21	21					
mosaicos gestão combustível	577	43	71	50	50	73	73		24	102	90
total	689	43	96	95	71	94	73		24	102	90

Os projectos foram apresentados pelas Juntas de freguesia de Seiça (8), Sabacheira (2) e Alburitel (1), e os primeiros foram executados pelas Juntas de freguesia mas a partir de 2015 após a constituição da ZIF pediu-se a alteração de titularidade dos últimos 4 projectos para a ZIF e assim a obra feita a partir de então foi realizada pela ZIF.

A realização destes projectos foi acompanhada de perto pela Geoterra enquanto projectista como executora de alguma obra e como entidade gestora da ZIF, o que permitiu com os bons resultados da obra, quebrar a desconfiança inicial e fazer que muitos proprietários acreditassem progressivamente no processo associativo e assim foi possível alcançar rapidamente não só a área suficiente para a constituição da ZIF, como também garantir o pagamento dos proprietários da quota parte não financiada pelo PRODER2 sem o que as Juntas de freguesia nunca teriam capacidade económica para avançar com as obras em terrenos que não eram seus.

2 No caso das galerias ripícolas o financiamento era a 100% mas nos mosaicos na fase inicial era de 70% , depois passou para 90% e terminou em 85%. Para além disso o iva não era comparticipado

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

O pagamento dos proprietários foi um processo difícil dado a inexistência de cadastro, dada a dimensão extremamente reduzida de muitos prédios e dado o afastamento da gestão por vezes de várias gerações. Em muitos casos, sobretudo num dos projectos iniciais da Junta de Freguesia de Seiça não foi possível encontrar muitos dos proprietários, de tal forma que a partir daí só se fizeram mais candidaturas depois dum acordo prévio dos proprietários em pagar. De qualquer forma tratou-se dum processo de aprendizagem progressivo e agora já existem condições para expandir o processo e para alargar a intervenção a mais proprietários e a mais acções.

Infelizmente após os bons resultados alcançados com o apoio do PRODER, a partir de 2015 verificou-se uma inversão inesperada nos apoios do Estado a vários níveis:

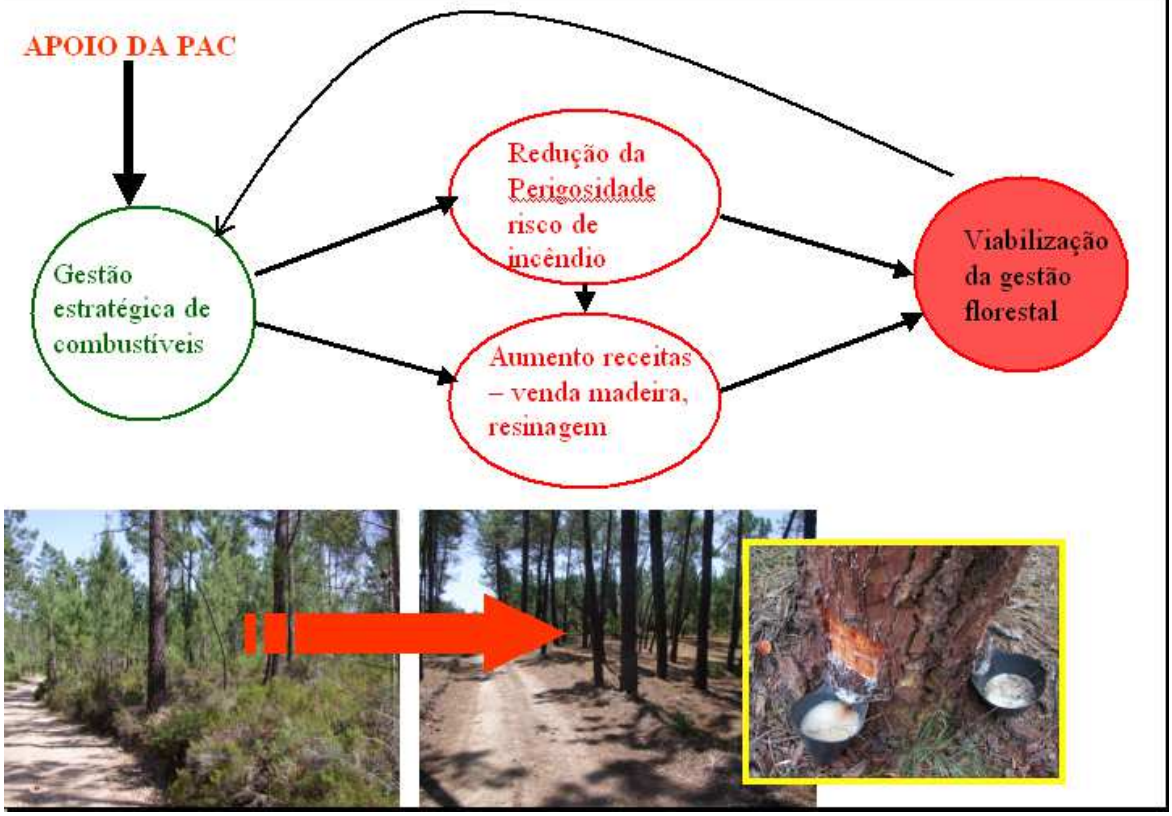
- ICNF – criou obstáculos à obtenção de apoios ao funcionamento e constituição da ZIF e ainda hoje se está á espera duma resposta do ICNF sobre o apoio á constituição;
- PDR – não aprovou mais projectos de gestão de combustível na área da ZIF, tendo chumbado recentemente dois projectos de instalação de mosaicos de combustível e um projecto de aproveitamento de regeneração natural de quercineas.

2.2.1.3. REACTIVAÇÃO DA RESINAGEM COMO UMA FERRAMENTA TERRITORIAL DE DESFESA CONTRA INCÊNDIOS

Face ao estado de elevada acumulação de carga combustível e elevada perigosidade de incêndio, o foco da análise deverá começar por incidir na viabilidade da gestão estratégica de combustível, como passo necessário para a viabilidade da própria gestão florestal, a qual por sua vez irá depois garantir a sustentabilidade económica e ambiental deste processo de reactivação territorial. Ou seja, o apoio da PAC será necessário para viabilizar uma gestão estratégica de combustível a qual de acordo com a experiência recente na ZIF tem um duplo efeito desbloqueador ao diminuir o risco de incêndio e aumentar as receitas por possibilitar a resinagem e/ou da venda da madeira – Na figura seguinte procura ilustrar-se estas interações.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

APOIO DAPAC PARA DESBLOQUEAR UM SISTEMA ECONÓMICO VIÁVEL



SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

Por outro lado, terá de assumir-se que sem acesso aos apoios da PAC, a gestão florestal destes locais minifundiários nunca será viável, assim como também o deixariam de o ser as grandes propriedades se lhes fossem cortados esses apoios. Esta constatação é importante para dar resposta a algumas correntes no ministério da Agricultura que têm defendido que o minifúndio terá que ganhar rentabilidade exclusivamente com o associativismo e com as consequentes economias de escala, mas não com o acesso aos apoios que a PAC tem concedido às grandes propriedades.

É claro que na prática o funcionamento duma ZIF nunca poderá ser tratado como se fosse uma grande "propriedade dum só dono" - terá sempre que enfrentar um conjunto de dificuldades e custos de contexto adicionais: custos associativos, falta de cadastro, terras sem dono, conciliação de interesses de centenas e mesmo milhares de proprietários - mas interessará avaliar até que ponto nalgumas acções concretas será possível fazer um tratamento agregado, tanto ao nível do acesso aos dois pilares da PAC, como ao nível de acções de gestão conjunta.

Este caso da ZIF de Seiça será um bom exemplo prático a nível nacional para se avançar bastante nestas respostas, porque já existe um trabalho associativo com cerca de 10 anos que permitiu avançar nalgumas destas linhas de acção em conjunto e os bons resultados alcançados em termos de obra feita, criaram uma base associativa confiante que permitiria avançar mais desde que exista abertura administrativa do Estado e da PAC, para encontrar soluções adequadas à realidade que vai sendo diagnosticada. A ideia seria fazer um "emparcelamento administrativo" pelo menos nalgumas acções concretas mais urgentes começando pela gestão estratégica de combustíveis e depois avançando para outras

Nos últimos 10 anos conseguiu-se realizar acções conjuntas com apoio do PRODER, cerca de 700 ha de gestão de combustível, e foi possível mobilizar centenas de proprietários para pagar a quota parte não financiada, o que revelou um potencial de financiamento do minifúndio muito maior do que se pensava. A conclusão que para já se pode tirar é que embora o minifúndio apresente custos de contexto muito mais altos, com um bom trabalho associativo poderá apresentar uma capacidade de financiamento até maior do que a grande propriedade, pelo simples facto de serem custos a dividir por muito mais potenciais financiadores. Quer dizer há aqui pelo menos um potencial de compensação que poderá ser determinante para a viabilidade futura.

Quanto à questão da gestão florestal conjunta também foram dados passos importantes a 3 níveis: reactivação da resinagem, certificação florestal, e apoio á venda da madeira onde as economias de escala conduziram a vantagens relevantes.

- Reactivação da resinagem – na sequência das limpezas apoiadas pelo PRODER foram criadas condições de reactivação da resinagem que tinha desaparecido na região em 1990. A limpeza de pinhais abandonados com grandes cargas de combustível passou a criar condições para a resinagem com a dupla vantagem para o proprietário duma receita anual e da vigilância e manutenção face a incêndios que esta actividade permite. Assim existe actualmente cerca de 80 ha resinados na ZIF distribuídos por 32 parcelas pertencentes a 20 proprietários verificando-se um grande potencial de expansão.
- Venda de madeira – o absentismo dos proprietários leva a grandes dificuldades nas questões práticas de vender a madeira, desde a parte técnica de marcar as árvores, à escolha dos fornecedores, acompanhar o corte, etc. Também na sequência das limpezas apoiadas pelo PRODER muitos proprietários pediram apoio nesta matéria, para o que foi desenvolvido uma metodologia própria de inventariaçãoe de acompanhamento de todo o processo de venda, em pinheiros e eucaliptos.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

- Certificação Florestal – A Geoterra passou a ser entidade certificadora (PFC e FSC) desde 2018 e chegaram a ser certificados cerca de 400 ha. No entanto os elevados custos administrativos desta actividade levaram a acabar com esta actividade transferindo a certificação desses terrenos para uma entidade certificadora de dimensão nacional.

No entanto a abertura demonstrada pelo Estado durante o PRODER, não teve qualquer continuidade (antes pelo contrário) no PDR, tendo sido chumbados os dois grandes projectos de gestão de combustível que permitiriam dar continuidade a esta dinâmica associativa criada. Para além disso o ICNF manifestou a intenção de indeferir os apoios á constituição da ZIF de Seiça.

Como é obvio a manter-se esta recente e inesperada "falta de ajuda do Estado e da PAC" a reactivação do minifúndio iniciada será impossível e todos os bons resultados alcançados no PRODER serão perdidos. Mas a questão a que se quer responder neste projecto é a de saber se, na hipótese do Estado e a PAC apoiarem este processo associativo através dum "emparcelamento administrativo" para as acções mais relevantes de forma a ficar garantido **um nível de apoio equivalente ao valor médio unitário por ha3 do continente** se nessas condições se tornaria viável e sustentável em termos sociais e privados o trabalho de reactivação rural já iniciado com a ZIF. Pela experiência já realizada estamos plenamente convictos dessa viabilidade e isso a confirmar-se será concerteza uma boa notícia não só para esta ZIF mas para os 2/3 minifundiários do Continente, perante o cenário de incêndios catastróficos que o abandono e ausência de gestão nos impõe cada vez mais.

O grande desafio que surge naturalmente deverá passar por avaliar os resultados duma aplicação à ZIF de Seiça dum mesmo nível de apoios a que a grande propriedade tem tido acesso. Para isso teria na prática que se aprovar os projectos agora reprovados no PDR, corrigir a posição do ICNF relativamente aos apoios á constituição, mas mais do que isso seria preciso encontrar soluções para apoiar a ZIF ao nível do 1º pilar ao nível do pagamento único, e dum modo geral eliminar todos os obstáculos administrativos que a regulamentação da PAC impõe ao minifúndio, ou seja seria necessário tratar a ZIF realmente como uma grande propriedade, e até com um estatuto especial resultante de ter estado afastada dos apoios da PAC nos últimos 20 anos e de portanto estar sujeita a uma dose de subinvestimento acumulado que agora terá que ser revertido e por isso especialmente apoiado.

2.2.1.4. IMPACTO TERRITORIAL DO EFEITO DFCI DA RESINAGEM

Embora a resinagem em áreas minifundiárias seja em si um factor que faz diminuir a rentabilidade da actividade pela dispersão de custos e redução de economias de escala, numa perspectiva de Defesa Contra Incêndios acaba por ser um elemento valorizador já que obriga o resineiro a percorrer e conhecer um espaço territorial muito maior.

Na prática se os cerca de 80 ha resinados em Ourém se concentrassem numa única parcela os resineiros apenas teriam que percorrer esse espaço e o seu conhecimento territorial envolveria esse mesma área e uma faixa da vizinhança envolvente mas se tal como se verifica em Ourém esses cerca de 80 ha estiverem distribuidos por 32 parcelas os resineiros terão que connhecer não só a área as faixas de vizinhança mas também os percursos entre parcelas.

Assim poderemos considerar 3 níveis de conhecimento:

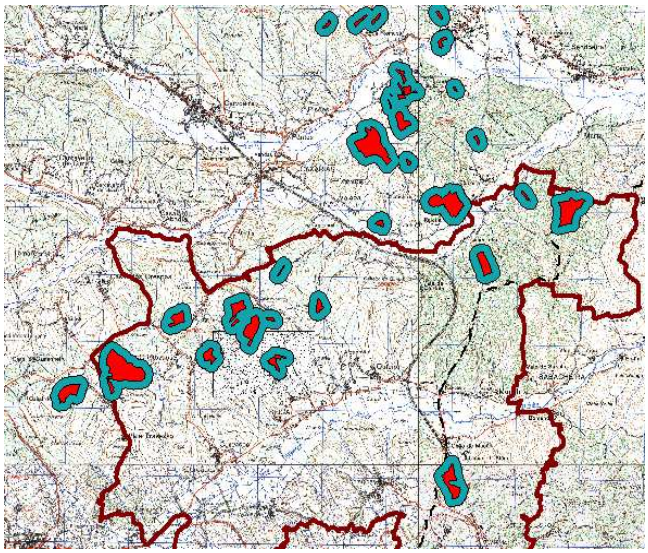
- Base – área resinada – área conhecida com o máximo de pormenor;

3 O valor unitário médio do continente – os cerca de 9000 M€ dos dois pilares da PAC divididos pela área do território continental. O valor recebido nas áreas minfundiárias tem sido muito inferior ao valor médio do continente.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

- Faixa de vizinhança – faixa de 100 m envolvendo a área resinada. Área conhecida com um pormenor alto.
- Percurso – área interior ao polígono traçado entre as parcelas mais exteriores Existe um bom conhecimento mas apenas ao nível dos percursos.

Na figura seguinte apresenta-se a cartografia das faixas de vizinhança nas parcelas resinadas em Ourém.



No quadro seguinte faz-se uma comparação dos três níveis de conhecimento:

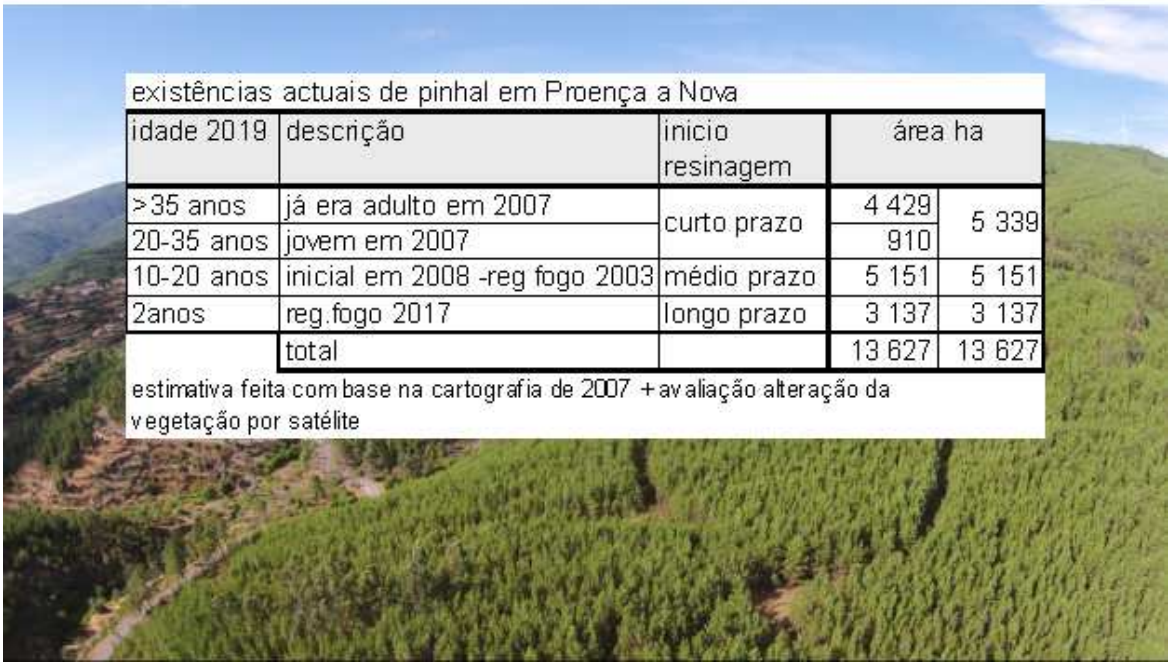
distribuiçao parcelas	impacto territorial DFCI - ha		
	base	vizinhança	percurso
uma única parcela	83	35	0
Ourém 32 parcelas	83	249	1800

Portanto embora exista naturalmente uma rentabilidade mais baixa para o resineiro no caso das 32 parcelas, existirão benefícios públicos muito maiores – aqui está um excelente caso onde se justifica a existência dum apoio público: ao pagar os serviços de DFCI mais completo que o resineiro presta por trabalhar em parcelas dispersas estamos automaticamente a compensá-lo economicamente pelo acréscimo de custos que essa dispersão de parcelas impõe.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

2.2.2. PROENÇA A NOVA

Caso de estudo de Proença a Nova – tentativa de reactivação resinagem em 2020



existências actuais de pinhal em Proença a Nova

idade 2019	descrição	inicio resinagem	área ha	
>35 anos	já era adulto em 2007	curto prazo	4 429	5 339
20-35 anos	jovem em 2007		910	
10-20 anos	inicial em 2008 -reg fogo 2003	médio prazo	5 151	5 151
2anos	reg.fogo 2017	longo prazo	3 137	3 137
	total		13 627	13 627

estimativa feita com base na cartografia de 2007 + avaliação alteração da vegetação por satélite

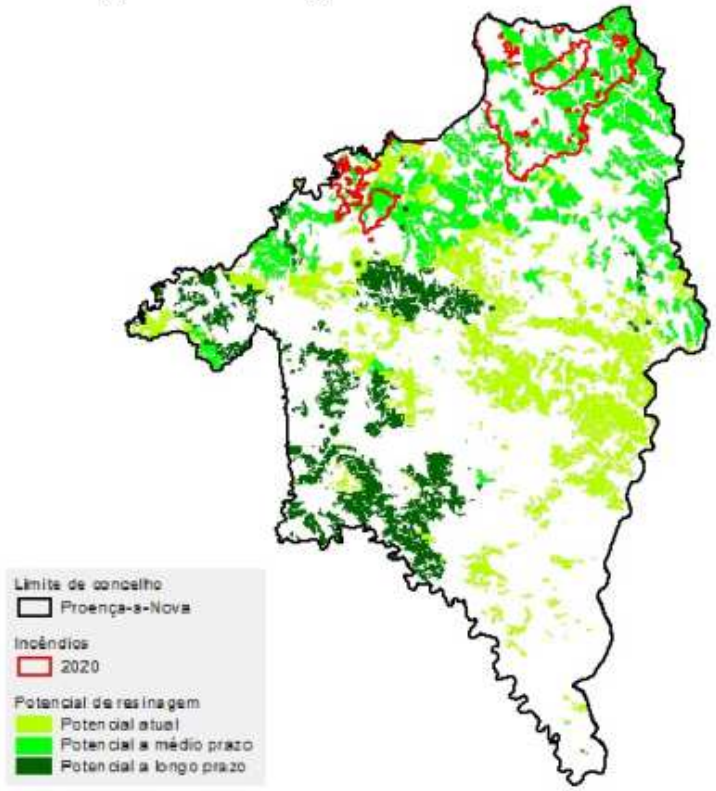
No caso de Proença a Nova, á semelhança do que se passou na maior parte do Pinhal Interior a Resinagem teve uma grande importância até final do século XX, mas desapareceu a partir de então.

Mesmo tendo já sofrido um impacto significativo de grandes incêndios, verificou-se que a mancha de pinhal ainda ocupa uma área significativa com cerca de 13 600 ha ou seja cerca de 35% da área do concelho, e dentro desta área existe cerca de 5 000 ha de pinhal potencialmente resinável actualmente. Infelizmente em 2020 durante o decorrer do projecto mas infelizmente ardeu no grande incêndio de Agosto que veio da Sertã e atingiu em cerca de 2000 ha o concelho de Proença a Nova, e assim parte deste potencial de resinagem foi afectado como se pode ver na figura seguinte.

De qualquer forma o concelho de Proença Nova apresenta um potencial de resinagem significativo mas serão precisas medidas urgentes para que não se vá perdendo em sucessivos ciclos de incêndios.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

Mapa do Potencial de resinagem em Proença Nova 2019



No âmbito deste projecto foi feita uma tentativa de reactivação da resinagem envolvendo o Município, a Resipinus e a Associação de proprietários florestais local. Este trabalho consistiu nas seguintes fases:

- Análise cartográfica para definir o potencial de resinagem
- Apresentação do projecto SustForest aos associados da associação de produtores florestais na assembleia geral da Associação em 6 de Dezembro de 2019
- Entre Dezembro de 2019 e Fevereiro de 2020 - Prospecção de campo, com o resineiro João Martins e proprietários para encontrar áreas resináveis para arrranque,
- Foram identificadas muitas áreas potenciais de pinhal adulto mas que precisavam de trabalhos de silvicultura esse ano.
- Reuniões com o ICNF e Resipinus para tentar utilizar o programa de silvicultura preventiva previsto no protocolo de colaboração entre o ICNF e Resipinus para apoio à resinagem, de forma a criar condições para reactivar algumas dessas áreas. Isto teria justificação já que no protolcolo “Resineirios Vigilantes” celebrado entre o ICNF e a Resipinus e assinado precisamente em Proença a Nova em Maio de 2019 nas Jornadas internacionais de arranque do SustFoestplus, estava prevista uma verba de 300 000 € para silvicultura preventiva. Assim faria todo o sentido aplicar parte dessa verba nesta iniciativa.
- Como o ICNF não permitiu fazer essa aplicação, passou-se para o “Zplano B”, com consistiu na instalação duma parcela demonstrativa de resinagem com cerca de 10,6 ha em Corgas.
- Esta parcela demonstrativa foi acompanha mas infelizmente ardeu no grande incêndio de Agosto que veio da Sertã e atingiu em cerca de 2000 ha o concelho de Proença a Nova.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

- Nas duas pesagens que foram feitas antes do incêndio foram obtidos os seguintes resultados:

	03-06-2020	01-07-2020
peso bruto gr	135 730	192 350
nº púcaros	270	296
peso líquido	135 717	192 335
área ha	0,6	
kg/bica	0,503	0,712
KG/pinheiro	0,506	0,718
Kg/ha	226	321

O valor de 321 kg /ha em Julho apontaria para 600-700 kg/ha no total da campanha o que se pode considerar uma boa produtividade sobretudo porque se tratava do 1º ano de resinagem em que geralmente a produtividade é mais baixa.

Integração de resineiros no sistema municipal de defesa contra incêndios

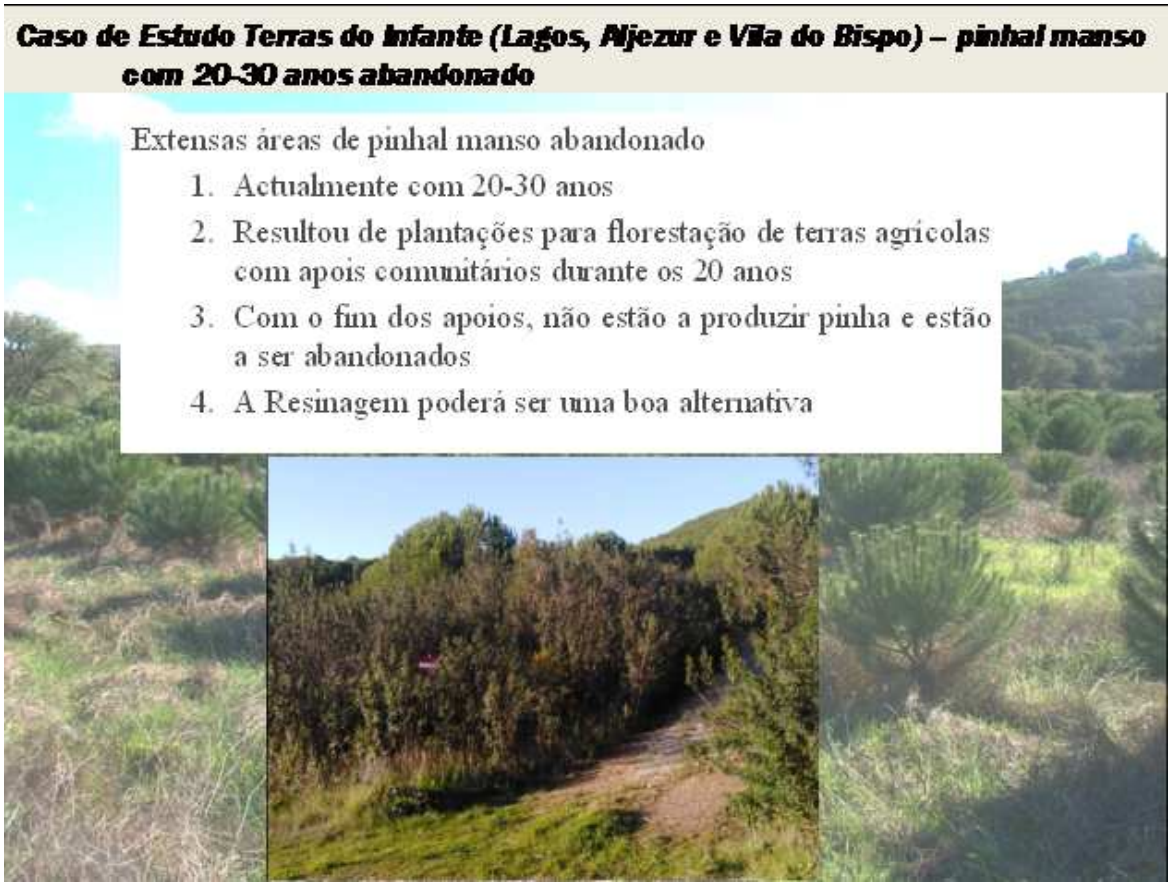
Foi feito um trabalho de prospecção de áreas com divulgação na associação de proprietários florestais, e Resipinus

Foi instalada uma primeira parcela de demonstração em Corgas que infelizmente ardeu no grande incêndio de Agosto de 2020

A conclusão a que se chegou foi que face ao estado actual de abandono do pinhal a reactivação da resinagem só será possível se integrada em acções de silvicultura preventiva

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

2.2.3. TERRAS DO INFANTE



A Associação de Municípios Terras do Infante que abrange os concelhos de Lagos Aljezur e Vila do Bispo tem vindo a realizar nas últimas décadas um trabalho de intervenção integrado em termos de processo de defesa contra incêndios que se pode considerar inédito no panorama nacional – após um trabalho de planificação e de intervenção iniciado com a elaboração do PIMIF (Plano Intermunicipal de Intervenção na Floresta) em 2002, os municípios das Terras do Infante, tirando partido dos apoios do AGRIS e do PRODER implementaram toda a rede primária e uma rede de mosaicos de gestão de combustível, sendo necessário agora promover a sua manutenção.

Por outro lado, embora tenha existido um trabalho assinalável e único no contexto nacional, em termos de gestão de combustível, pela parte dos três municípios, o certo é que os processos de abandono dos sistemas agroflorestais privados após os grandes incêndios de 2003 agravaram-se de tal forma que a área de carga combustível perigosa aumentou 6% em relação á que existia antes de 2003. Isto significa que após os incêndios de 2003 a carga de combustível já recuperou para um nível médio de perigosidade mais alto do que existia antes desse ano trágico.

Neste contexto torna-se essencial encontrar formas eficientes de travar, e se possível inverter, os processos de abandono através duma nova dinâmica territorial onde se poderia enquadrar a reactivação da resinagem.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

Neste caso a estratégia passaria por implementar a resinagem em áreas de pinhal manso plantadas há cerca de 20-30 anos em grande parte com apoios comunitários, à florestação de terras agrícolas. Com o fim do período de apoio e a escassa produção de pinha, estes sistemas de produção florestal tornam-se inviáveis e estão a entrar em processos de cabandono – a reactivação da resinagem permitiriam relançar a reactivação destes sistemas.

A área ocupada pelas principais espécies florestal dos três concelhos é a seguinte:

Principais espécies florestais	**Aljezur**		**Lagos**		**V. Bispo**		**Total**	
	ha	**%**	**ha**	**%**	**ha**	**%**	**ha**	**%**
Eucalipto (*Eucalyptus globulus* Labill)	5 356	16,6%	878	4,1%	470	2,6%	6 704	9,4%
Sobreiro (*Quercus suber*, L)	2 876	8,9%	2 136	10,0%	972	5,4%	5 984	8,4%
Pinheiro Bravo (*Pinus pinaster* Aiton)	2 833	8,8%	656	3,1%	492	2,8%	3 981	5,6%
Medronheiro (*Arbutus unedo*).	2 131	6,6%	1 119	5,2%	689	3,9%	3 939	5,5%
Pinheiro Manso (*Pinus pinea* L.)	955	3,0%	1 111	5,2%	448	2,5%	2 514	3,5%

Verifica-se que existem cerca de 2500 ha de pinheiro manso e portanto um potencial significativo para reactivação da resinagem. Por outro lado existem outras espécies florestais relevantes para uma estratégia integrada de reactivação da resinagem que poderemos agtragar em tornom de duas fortalezas:

- uma área de pinhal bravo significativa o que ajudaria a reforçar uma estratégia de reactivação da resinagem
- Uma área siignificativa de sobreiro e medronheiro o que pode ser uma base para viabilizar a multifuncionalidade potencial do resineiro em duas actividades complementares com a resinagem: colheita de medronho e de cogumelos.

Foram já estabelecidos contactos com a Associação de Municípios e com um conjunto de proprietários no âmbito da constituição de duas ZIF, e existe um interesse potencial grande para a reactivação da resinagem mas também aqui a grande conclusão passa pela existência de apoios que permitam fazer as acções de silvicultura prévias.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

3. PROPOSTA DUM MODELO DE APOIO

3.1. ESTRATÉGIA E OBJECTIVOS

O objectivo deste apoio é a redução da área queimada anual no Continente, através da reactivação da resinagem em áreas com pinhal actualmente resinável.

Devido às justificações apresentadas no capítulo 1, considera-se que a reactivação da resinagem poderá aumentar de forma muito significativa o exercício de funções enquadráveis na Defesa da Floresta contra incêndios, e, como tal será de prever uma redução da área afectada por incêndios.

Para ajudar a alcançar este objectivo com o máximo de eficiência económica, considera-se que deverão ser atingidos os seguintes objectivos parcelares:

- Eficácia territorial – o que significa que as áreas de resinagem a apoiar deverão garantir uma boa cobertura territorial sobretudo das áreas com maior risco de incêndio – como seguramente o montante disponível para o apoio não será suficiente para reactivar toda a área de pinhal resinável, ter-se-á que, com o montante efectivamente disponível, encontrar critérios territoriais que permitam a sua correcta distribuição;
- Eficácia institucional – o que significa que se deverá tirar o máximo partido das instituições de defesa contra incêndios já existentes, essencialmente a nível local, de forma a que as funções DFCI da resinagem sejam potenciadas e ajudem a potenciar as funções das outras instituições integradas no sistema DFCI. Na prática isto será alcançado com uma correcta articulação com o gabinete técnico florestal municipal como elemento de ligação ao sistema municipal, e a partir dele ao sistema regional e nacional. Por outro lado esta ligação poderá também estabelecer-se operacionalmente através do apoio com informação que os resineiros possam prestar aos comandantes operacionais de operações de combate a incêndios.

Em termos de conceptualização micro-económica, o objectivo deste apoio será o da internalização dos serviços públicos DFCI da resinagem, no sistema de produção florestal em que se insere a sua actividade. Desta forma, os agentes gestores desses sistemas passariam a ser recompensados com o valor pago pelo serviço prestado e assim seriam levados a expandir a sua actividade até que os custos marginais da resinagem igualassem o valor marginal do apoio.

Em termos operacionais o modelo de apoio assenta na reactivação da resinagem em núcleos territoriais com cerca de 1 500 ha, sendo apoiada uma intervenção integrada ao nível de cada núcleo com três tipologias de intervenção:

- Reactivação da resinagem em pinhal adulto
- condução de pinhal jovem
- Gestão estratégica de combustível
- Melhoria de caminhos rurais

Para permitir uma concretização com eficácia territorial dos NDR, considera-se ser também necessário o apoio a um conjunto de bens imateriais:

- Estudos
- Cartografia e planificação
- Elaboração das candidaturas.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

3.2. O CONCEITO DE NÚCLEO DEFESA COM RESINAGEM (NDR)

Os Núcleos de Defesa com Resinagem (NDR), serão as células base para a aplicação dos apoios, e terão a função de garantir uma repartição territorial equilibrada no Continente dos apoios e assim de potenciar a eficácia territorial dos serviços de DFCI prestados pela resinagem.

Em termos territoriais, os NDR corresponderão a uma superfície territorial contínua com as seguintes características ou condições:

- Cerca de 1 500 ha;
- Mais de 50% da ocupação de solo terá que ser espaço florestal em sentido lato (florestal arbóreo mais incultos);
- Terá que existir no seu interior pelo menos 100 ha em resinagem, cujos resineiros se comprometem a integrar o sistema municipal DFCI.
- Tem que estar inscrito no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), ou aprovada a sua inserção em sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

A razão de considerar o valor mínimo de 100 ha resinados, resulta de se pretender reunir uma unidade óptima de trabalho, equivalente a uma área de intervenção correspondente ao trabalho médio de 4 resineiros:

- Considerando uma densidade média de 200-300 bicas/ha, tem-se cada resineiro teria a seu cargo 25 ha que correspondem a 5 000 – 7 000 bicas por resineiro, o que se situa dentro dos valores normais.
- Considera-se que uma equipa de 4 resineiros permitem alcançar economias de escala suficientes para rentabilizar uma utilização comum de equipamento necessário para a prática da resinagem e para as funções DFCI.
- Os 100 ha corresponderão então ao conjunto das unidades de trabalho individual de 4 resineiros, devendo este valor ser encarado como um valor médio de referência, para condições de trabalho e de densidades médias; admitindo-se variações entre 80-120 ha, em função de variáveis territoriais como:
  - ⇒ 80 ha – zonas declivosas, pinhais muito densos;
  - ⇒ 120 ha – declive baixo, densidade baixa;

Quanto à escolha dos 1500 ha, baseia-se em vários casos de estudo focados na análise da implantação da resinagem em áreas minifundiárias. Um bom exemplo desses casos foi a reactivação da resinagem no concelho de Ourém a partir de 2015 na sequência do 1º SustForest – actualmente estão a ser resinados 85 ha distribuídos por 24 parcelas, o que abrange uma área de influência que se aproxima dos 1500 ha, e que se ilustra na figura seguinte .

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

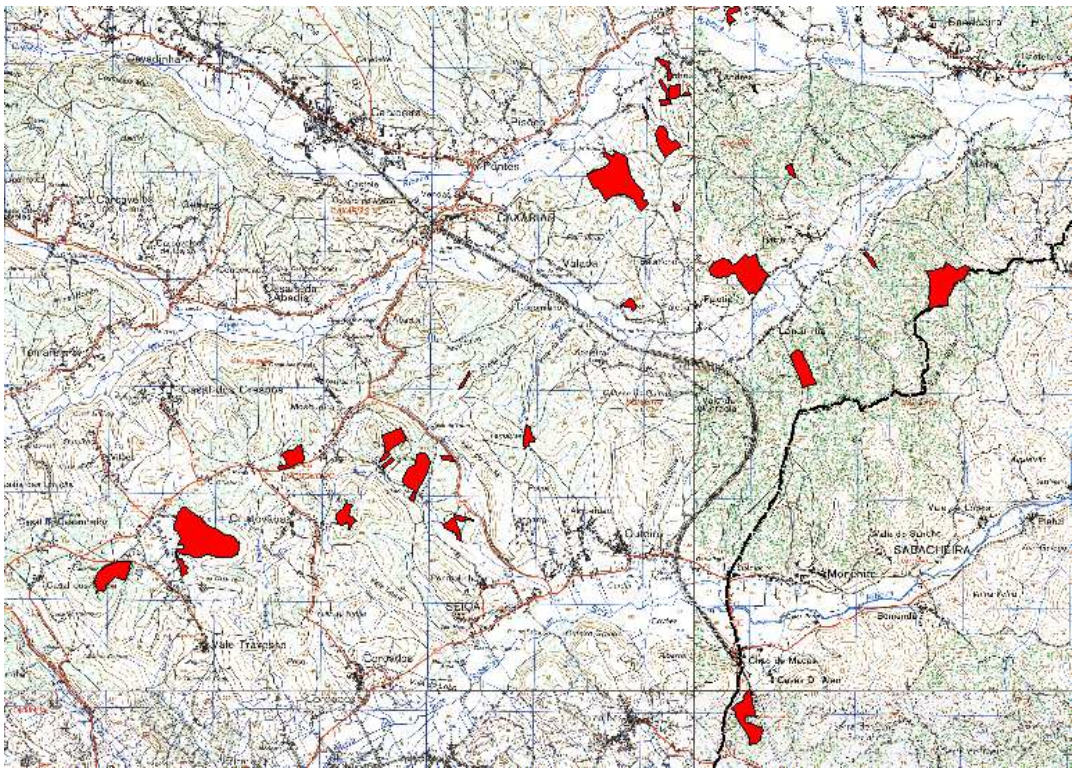


Figura 2.1. – localização da área de resinagem por 4 resineiros no concelho de Ourém - 24 parcelas totalizando 85 ha, que criam uma área de influência com cerca de 1500 ha.

Note-se que nesta experiência piloto de Ourém, esta área foi implantada sem os apoios que aqui estão a ser equacionados. Mesmo assim beneficiou do apoio indirecto duma intervenção para criação de mosaicos de gestão de combustível feita no âmbito do PRODER iniciada pelas Juntas de Freguesia (Seiça e Caxarias), e que depois foi continuada pela ZIF de Seiça. Esta intervenção permitiu limpar centenas de pequenas parcelas minifundiárias com pinhal em grande parte abandonado, e dentro delas foi possível seleccionar algumas que os resineiros aproveitaram para reactivar a resinagem que no concelho se tinha extinguido há mais de 25 anos.

Deverá realçar-se que se não tivesse existido o apoio do PRODER para a limpeza destes pinhais, a reactivação da resinagem nunca teria sido possível, porque é uma actividade que para ser praticada precisa que o pinhal esteja razoavelmente limpo, mas o rendimento da resinagem não chega para pagar a limpeza do pinhal. Na figura seguinte mostra-se uma das parcelas resinadas que é uma área de pinhal resultante da regeneração após incêndio com cerca de 25 anos. Curiosamente durante o estudo do SustForest (Junho de 2020) esta parcela serviu para parar um incêndio já que o seu estado limpeza possibilitou aos bombeiros utilizá-la como base de trabalho para parar o fogo – se esta parcela não estivesse limpa, teria tido o efeito contrário de potenciar a propagação do incêndio.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

Assim consideramos que os 1500 ha é uma dimensão que se enquadra bem na área de influência natural em termos de conhecimento e de espaço percorrido pelos 4 resineiros que terão a cargo os 100 ha resinados. Deverá notar-se que dadas as características minifundiárias de grande parte da área de pinhal, bem como a natural dispersão de pinhais resináveis devido ao impacto dos incêndios e substituição por eucalipto, a obtenção dos 100 ha terá sempre associado um grau de dispersão mais ou menos acentuado e portanto, tal como no exemplo anterior, os 100 ha aparecerão dispersos no interior dos 1500 ha o que obrigará automaticamente a que os percursos da resinagem cubram naturalmente grande parte do NDR. Por outro lado os resineiros que têm uma influência directa sobre as áreas que resinam, têm todo o interesse em desenvolver ações nas áreas circundantes que não resinam e onde normalmente têm menor influência, de forma a impedir os incêndios que possam começar nessas áreas e evoluir com grandes proporções para as áreas resinadas.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

A delimitação do NDR deverá ser feita pelos resineiros em articulação com o Gabinete Técnico Florestal municipal (GTF) do município correspondente, de acordo com duas etapas:

1. 1ª etapa – da iniciativa dos resineiros – dependerá essencialmente da obtenção de pinhais resináveis com acordo dos seus proprietários e/ou gestores para a resinagem. Corresponderá a um trabalho de prospecção que faz parte das tarefas habituais dos resineiros, apenas haveria que acrescer o trabalho de cartografar as parcelas para as poder apresentar ao GTF, e para poderem ser consideradas na candidatura ao apoio;
2. 2ª etapa – iniciativa conjunta resineiros/GTF – definir com coerência e lógica territorial em termos da planificação DFCI municipal, o limite do NDR de forma a abranger a totalidade das parcelas resinadas correspondentes ao mínimo de 100 ha ou a múltiplos destes afectos a esse NDR, e claro que também para evitar sobreposição com outros NDR previamente existentes.

Dado a actual estado de rarefacção territorial do pinhal adulto devido ao impacto dos incêndios em muitas zonas do país, poderá acontecer que não exista área de pinhal adulto suficiente para encontrar 100 ha de pinhal resinável em 1 500 ha. Admitindo-se que nessas zonas seria importante mesmo assim beneficiar com o efeito DFCI da resinagem, poderão definir-se NDR proporcionalmente mais pequenos, para 3, 2, ou 1 resineiros, como se mostra no quadro 2.1.

Quadro 2.1. – valores de referência da área total e área resinada das várias hipóteses de Núcleos de Defesa com resinagem

área		nº
total	resinada	resineiros
1 500	100	4
1 125	75	3
750	50	2
375	25	1

Claro que a dimensão dos 4 resineiros e 1 500 ha será o ideal, pelas razões das economias de escala já referidas, mas poderão justificar-se, como soluções de recurso, os núcleos mais pequenos.

Para ilustrar este conceito fizemos um ensaio teórico de delimitação de NDR no concelho de Ourém4. Na imagem seguinte apresenta-se um mapa com o resultado obtido.

4 O concelho de Ourém foi o caso de estudo do projecto SustForest tendo sido feita uma cartografia de ocupação de solo muito detalhada com recurso a um exaustivo trabalho de caracterização de campo concluído em 2013. Essa cartografia permitiu depois calcular uma carta do potencial de resinagem que distingue as manchas de ocupação de solo com potencial de resinagem actual alto

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

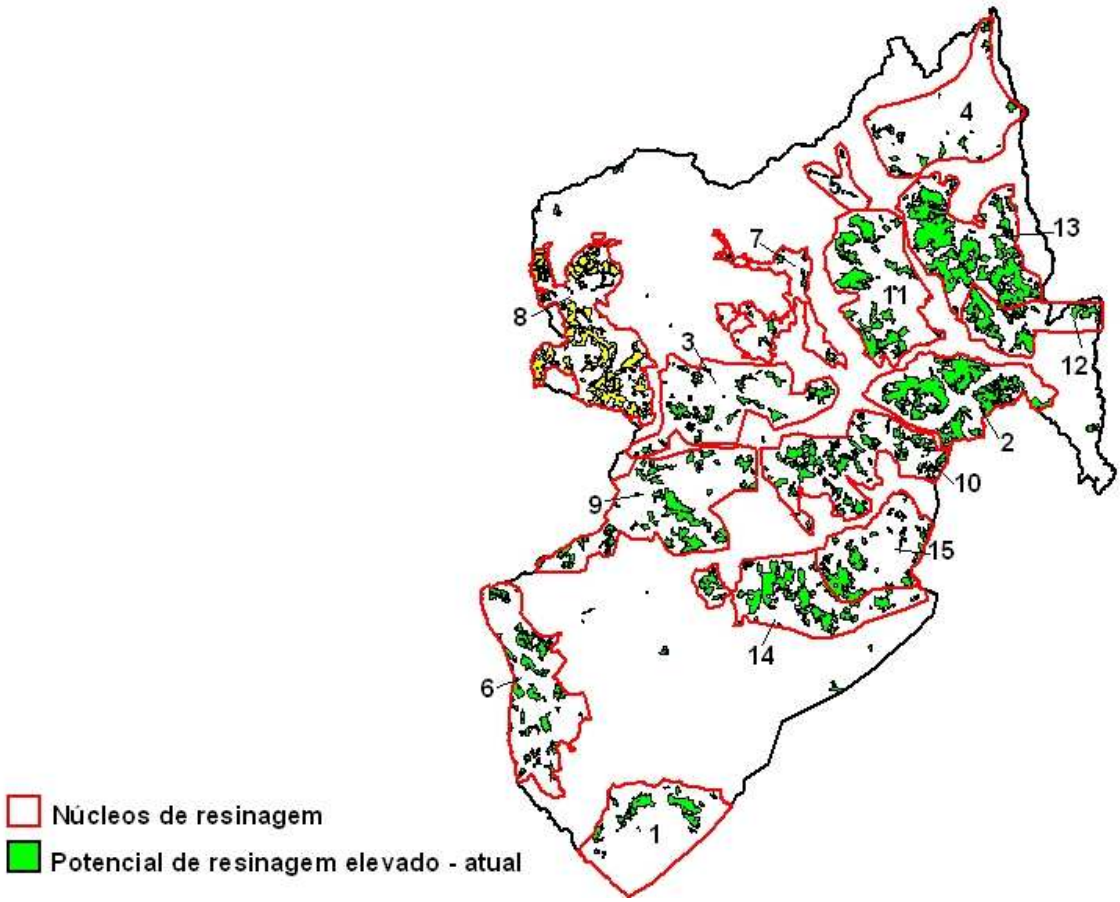


Figura 2.2. – mapa do concelho de Ourém com uma hipótese de desenho territorial dos Núcleos de Defesa com Resinagem (NDR) definidos em função da área com potencial de resinagem actual alto.

Nesta imagem pode ver-se que foi possível delimitar 15 núcleos de resinagem que abarcam cerca de metade do território do concelho que tem uma área total de cerca de 42 000 ha. Na tabela seguinte apresenta-se os valores de área de pinhal com potencial de resinagem actual alto envolvido em cada núcleo.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

Quadro 2.2. – valores de cada Núcleo de Defesa com Resinagem com a área com potencial de resinagem alta e a área afecta ao NDR.

núcleos	área ha		
	potencial resinagem actual alto	afecta ao NDR	
		resinada	total
1	140	100	1 500
2	537	100	1 500
3	187	100	1 500
4	85	75	1 125
5	9		
6	235	100	1 500
7	52	50	750
8	573	100	1 500
9	336	100	1 500
10	350	100	1 500
11	364	100	1 500
12	203	100	1 500
13	716	100	1 500
14	371	100	1 500
15	220	100	1 500
total	4 378	1 325	19 875

A análise deste quadro permite fazer alguns comentários:

- foi possível delimitar 15 núcleos, dos quais apenas 14 têm área suficiente para NDR, já que o núcleo 5 não tem área suficiente nem para o NDR mais pequeno;
- Dos 14 núcleos que poderiam constituir NDR, 12 podem originar um NDR de 1 500 ha e os outros 2 apenas NDR de menor de dimensão,
- A área com potencial de resinagem dos 12 NDR de 1500 ha varia entre 140 no núcleo 1 e 716 ha no núcleo 13, Na prática isto significa que deverá ser mais fácil aos resineiros recrutarem área suficiente para os 100 ha no núcleo 13 do que no núcleo 1.
- É de destacar a elevada capacidade de cobertura territorial DFCI que este modelo de apoio estruturado em NDR permitiria alcançar, já que:
  - Num concelho em que a área com potencial actual de resinagem ocupa pouco mais de 10% da área do concelho, a definição dos NDR permitiria garantir uma cobertura de DFCI em quase 50% do concelho;
  - O apoio efectivo seria feito a 1325 ha (cerca de 2% da área do concelho) mas suporta uma acção dos resineiros em quase 50% do concelho.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

3.3. SÍNTESE E DESENHO ECONÓMICO DO MODELO DE APOIOS PROPOSTO

Este modelo de apoios assenta na implantação de núcleos de defesa com base na resinagem (NDR) com cerca de 1500 ha, em áreas rurais com ocupação de solo maioritariamente florestal e com pelo menos 100 ha de pinhal resinável, para onde será apoiado um pacote integrado de intervenções no território com duração de quatro anos. As acções a apoiar em cada núcleo consistem em:

- Silvicultura preventiva em cerca de:
  - ⇒ 100 ha de preparação de pinhal adulto para resinar, e respectiva manutenção durante 4 anos
  - ⇒ 100 ha de condução de pinhal jovem
  - ⇒ 100 ha de gestão estratégica de combustível
- Aquisição de equipamentos:
  - ⇒ Kit contra incêndios
  - ⇒ equipamento específico para extração e transporte de resina
- Melhoria e manutenção de caminhos rurais.

Para além desta tipologia de despesas com execução física e material, prevê-se ainda o apoio a despesas com bens imateriais relacionados com a implantação dos NDR:

- Estudos
- Cartografia e planificação
- Elaboração e acompanhamento das candidaturas.

Propõe-se 4 hipóteses de aplicação do modelo com os seguintes custos totais:

- Hipótese A – 12 NDR – 7,4 M5€;
- Hipótese B – 50 NDR – 29,7 M€;
- Hipótese C – 100 NDR – 60,9 M€;
- Hipótese D – 200 NDR – 121,1 M€;

No caso das Hipóteses C e D de maior abrangência territorial, propõe-se que exista também um apoio do PDR.

Em termos de repartição territorial dos NDR, poderá fazer-se uma estimativa com base na área por Nut2 ocupada por pinhal adulto – tomando com o referência os valores detalhados do IFN5 corrigidos com os valores globais do IFN6:

NUT 2	universo resinável ppinaster puro + dominante -	universo resinável puro + dominante ha			nº de NDR segundo as várias hipóteses de aplicação e NUT2			
		inicial ifn5	correcção ifn6	corrigida ifn6	A	B	C	D
Norte	86 199	117 831	0,73	86 199	3	12	22	52
Centro	245 105	335 070	0,73	245 105	5	24	50	100
LVT	38 074	52 049	0,73	38 074	2	8	18	30
Alentejo	19 755	27 006	0,73	19 755	1	5	8	15
Algarve	2 564	3 505	0,73	2 564	1	1	2	3
TOTAL	391 692	535 460		391 692	12	50	100	200

5 M€ - 1 milhão de euros

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

No quadro seguinte apresenta-se o desenho económico da proposta com os valores detalhados por acção e tipo de despesa.

Reactivação da resinagem como ferramenta territorial de defesa contra incêndios - estrutura das acções e custos associados			hipóteses de aplicação de NDR			
			A	B	C	D
implantação dos Núcleos de Defesa com Resinagem (NDR)	numero	Norte	3	12	22	52
		Centro	5	24	50	100
		LVT	2	8	18	30
		Alentejo	1	5	8	15
		Algarve	1	1	2	3
		total	12	50	100	200
	custo M€	PRR	6,8	28,5	28,5	28,5
		PDR			28,5	85,5
		total	6,8	28,5	57,0	114,0
bens imateriais	ha	cartografia	100 000	200 000	300 000	400 000
	nº	estudos	3	4	5	6
		candidaturas	12	50	100	200
	custo M€	PRR	0,6	1,2	2,2	3,6
		PDR			1,7	3,5
		total	0,6	1,2	3,9	7,1
custo total M€		Forestwise	7,4	29,7	30,7	32,1
		PDR			30,2	89,0
		total	7,4	29,7	60,9	121,1

Nesta fase a hipótese B será a nossa proposta concreta. No entanto consideramos que poderá ser muito importante fazer o seu alargamento futuro com inclusão no PDR, idealmente até à hipótese D.

Em termos de resultados ou metas a alcançar com estas medidas para as várias hipóteses tem-se os seguintes valores.

metas a alcançar		hipóteses de aplicação de NDR			
		A	B	C	D
produção	ton	600	2 500	5 000	10 000
ha	resinados	1 200	5 000	10 000	20 000
	intervencionados	3 600	15 000	30 000	60 000
	vigiados	18 000	75 000	150 000	300 000
nº de resineiros		48	200	400	800

Sobre este quadro alguns comentários:

- Produção significativa - com a hipótese B seria expectável uma produção de 2500 t que corresponde a quase metade da produção actual nacional que é cerca de 6000 t/ano. e com a hipótese D ultrapassava largamente a produção actual.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

- Também são alcançados valores significativos em termos de área intervencionada e vigiada, mas é sobretudo o carácter integrado desta acção assente numa actividade produtiva rentável para os seus agentes gestores, que confere uma maior garantia em termos dos resultados a alcançar
- Em termos de resineiros necessários, atendendo a que actualmente existem cerca de 500 a nível nacional, grande parte com mais de 50 anos, verifica-se que será necessário incorporar novos resineiros – no caso da hipótese D que precisa de 800 não restam dúvidas, mas mesmo na hipótese B os 200 resineiros necessários obrigarão a encontrar novas pessoas porque se trata de reactivar a resinagem em locais marginais onde é preciso montar tudo de novo – será muito importante poder contar com o Know How e experiência dos resineiros actuais mas em equipa com novos resineiros num processo de renovação e rejuvenescimento. Para isso será preciso poder contar com acções de formação que vão ser propostas pela Resipinus.

Finalmente quanto à forma de concessão das ajudas deverá ser o mais eficaz possível, na forma de ajuda “forfetária”, para reduzir ao máximo a carga do “paperwork” – interessa muito mais garantir que o trabalho fica feito e bem feito, com o valor concedido, do que ter que cumprir uma miriade de requisitos administrativos sem grande nexo e utilidade prática, como acontece actualmente no PDR. Ou seja, interessa sobretudo garantir que o recurso público solicitado vai ser bem aplicado.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

3.4.DESCRIÇÃO MATERIAL E FINANCEIRA DOS APOIOS PROPOSTOS

3.4.1. IMPLANTAÇÃO DOS NÚCLEOS DE DEFESA COM BASE NA RESINAGEM (NDR)

3.4.1.1. ACTORES LOCAIS A ENVOLVER

Os apoios deverão ser concedidos por NDR como contrapartida pelos serviços de DFCI prestados pela correspondente equipa de resinagem.

Existem aqui três perspectivas distintas, que estarão na origem da justificação para os apoios a conceder:

- perspectiva dos proprietários/gestores dos terrenos, por estarem na origem ou serem detentores dum activo florestal que tem incorporado um investimento e manutenção de mais de 25 anos que permitiu a existência actual dum pinhal resinável, sem o qual não seria possível a prática da resinagem no intervalo de tempo 20214-2020. Tratando-se dum "activo florestal" essencial para poderem ser gerados os serviços DFCI da resinagem, faz sentido que os proprietários/gestores desse terreno recebam uma parte do apoio público que venha a ser concedido pelos serviços DFCI que venham a ser prestados a partir da resinagem desse pinhal.
- Perspectiva dos resineiros que praticarem os serviços de DFCI associados á resinagem. Serão os resineiros que acabarão por prestar os serviços efectivos, sem a sua acção o pinhal em nada contribuiria para a redução dos incêndios. Assim faz também todo o sentido que os resineiros recebam a outra parte do apoio público em causa. Na nossa opinião os apoios deverão ser canalizados a partir dos resineiros por duas razões:
  - neste momento são o "elo mais fraco" da fileira pelo que será essencial assegurar a viabilização económica da sua actividade.
  - Os resineiros funcionam como elemento agregador dos proprietários, portanto deveram ser eles a gerir o apoio – claro que compensando os proprietários beneficiados.
- Perspectiva da autarquia (Município ou Junta de Freguesia) onde está inserido o NDR. A autarquia é essencial para uma intervenção fora da área resinada, sem a qual não será possível implantar o NDR em termos de gestão estratégica de combustíveis e de melhora dos caminhos. Note-se que tratando-se maioritariamente de áreas minifundiárias, sem cadastro e com elevadas taxas de abandono, existirão muitas parcelas que deverão ser intervencionadas sem dono conhecido, e para isso é necessário recorrer á figura do edital e fazer a obra em nome da autarquia.

Note-se que é importante distinguir estes dois factores na génese do apoio, não só por uma questão de justiça, mas também para garantir a exequibilidade prática da medida e assim garantir as contrapartidas para a sociedade, as quais só serão alcançados se o apoio funcionar na prática, e isso só se verificará se os apoios forem aplicados de forma equilibrada quanto a estes dois factores. – só com um apoio equilibrado será possível mobilizar uma acção coordenada e motivadora dos vários actores locais implicados nesta tarefa. Para concretizar imaginemos duas situações extremas:

- Se os apoios apenas forem concedidos aos proprietários – para além de ser difícil garantir o empenhamento dos resineiros numa acção para beneficiar exclusivamente terceiros, coloca-se desde logo um obstáculo intransponível em zonas de minifúndio, onde será impossível na prática alcançar as economias de escala (ao nível dos

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

proprietários) essenciais para uma prestação eficiente dos serviços DFCI, no conjunto da área resinada. Repare-se que sendo feito parte do pagamento aos resineiros esta situação da agregação dos vários pinhais fica ultrapassada porque o resineiro vai gerir os seus 25 ha como uma única "propriedade" e portanto ganha automaticamente a escala necessária

- Se os apoios apenas forem concedidos aos resineiros – não haverá qualquer estimulo para os proprietários manterem o pinhal e o mais certo é que grande parte deles optem por alternativas mais rentáveis como o eucalipto, e dificilmente se interessarão por se comprometer com a resinagem em contratos de pelo menos 4 anos, que é um período que permite ao resineiro recuperar o investimento da abertura inicial do pinhal. De facto é importante que o proprietário dos terrenos veja recompensado o seu esforço em fazer a manutenção do pinhal. È preciso reconhecer que a área de pinhal resinável tem vindo a diminuir a uma taxa anual muito alta apresentando-se como um recurso cada vez mais escasso.

A experiência reactivação da resinagem em Ourém na sequência do 1º SustForest, e os contactos com resineiros e proprietários florestais no concelho de Proença a Nova, feitos já no âmbito do actual SustForest Plus, apontam para que a melhor solução prática passe pela seguinte concentração/repartição dos apoios:

- Resineiros – deverão responsabilizar-se e receber os apoios para a preparação do pinhal para resinagem e para a condução da regeneração natural, e a gestão a gestão estratégica de combustíveis. Os proprietários irão beneficiar com a limpeza do pinhal e a receita das bicas, e isso é suficiente para, na óptica do proprietário, tornar o pinhal rentável mesmo relativamente ao eucalipto e também para evitar o corte prematuro de pinheiros que acontece frequentemente para diminuir o risco de incêndio. Com este "trunfo" na mão acreditamos que não será difícil ao resineiro no seu papel de "emparcelador" mobilizar para a resinagem a maior parte de pinhal adulto do NDR. Os resineiros deverão ainda receber os apoios para os equipamentos
- Autarquias – deverão responsabilizar-se e receber os apoios para a beneficiação de caminhos. Embora esta seja já uma função habitual das autarquias, neste caso pretende-se um reforço adicional dessas funções no NDR para garantir o sucesso da candidatura e para isso é preciso um apoio proporcional.

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

3.4.1.2. DESCRIÇÃO DAS ACÇÕES E CUSTOS ASSOCIADOS

As acções a desenvolver dentro de cada NDR, apresentadas no quadro seguinte, deverão assumir um carácter integrado de forma a assegurarem uma boa cobertura do NDR em termos DFCI.

Quadro 2.3. – custo total de cada Núcleo de Defesa com Resinagem, com desagregação dos custos por tarefas

pacote integrado de acções a apoiar em cada NDR			quantificação						
			material					financeira	
			un	quantidades por ano				€/un	total €
				1º	2º	3º	4º		
silvicultura	área resinada	1ª intervenção	ha	100				1 500	150 000
		manutenção	ha		100	100	100	250	75 000
	condução de pinhal jovem		ha	100				1 000	100 000
	gest. estratég. Combustível		ha	100				1 000	100 000
aquisição de equipamentos			un	1				10 000	10 000
caminhos	1ª intervenção		km	30				3 000	90 000
	manutenção		km		30	30	30	500	45 000
								total	570 000

Quanto aos custos unitários considerados para cada tipologia de despesa poderemos fazer os seguintes comentários:

- Área resinada – 1500 €/ ha para a 1ª intervenção – corresponde á reactivação de pinhais abandonados (desmatação, desramação, correcção de densidades). Neste valor está incluída uma componente relacionada com o custo em si da intervenção que se estima em 1000€, e uma componente de 500 € para pagar as externalidades positivas da resinagem. Em função do declive e densidade da biomassa presente deverá prever-se uma oscilação de 20% para cima ou para baixo em função do declive e densidade da biomassa presente. Após a 1ª intervenção os 150 €/ha ano permitirão cobrir os custos de manutenção, prevendo-se mais 100 €/ha para o pagamento das externalidades positivas da resinagem.
- Preparação da regeneração natural - 1000 €/ ha– corresponde na maior parte dos casos a aproveitamento de regeneração natural após incêndio onde é preciso fazer sobretudo a correcção de densidades, deverá prever-se uma oscilação entre 800 – 1200 €/ha
- Gestão estratégica de combustíveis em faixas auxiliares – propomos que estas áreas sejam centradas em caminhos florestais (25 m para cada lado) e linhas de água a sua localização centradas em linhas. A simples localização geográfica em faixas nestes locais traz inúmeros benefícios que se acumulam nestas intervenções, que chamamos “efeito 10 em um”: 1- diminuição da carga combustível, 2-facilidade de implantação no terreno e acesso, menores custos intervenção, 3-ligação da prevenção ao combate sendo fácil de localizar e usar pelos bombeiros tanto no combate como na circulação em caso de incêndio, como no rescaldo, tirando partido do solo mineral da estrada, 4-fiscalização facilitada a vários níveis, 5-grande efeito demonstrativo, 6-melhoria da produtividade florestal nas áreas limpas 7-grande impacto paisagístico positivo, 8-reforço de vigilância dissuasória, 9-equidade na distribuição de apoios envolvendo um número máximo de proprietários/ha já que propriedades normalmente são perpendiculares às estradas, 10- emprego rural em

SOE2/P5/E0598
Proyecto cofinanciado por el Programa Interreg Sudoe
a través del Fondo Europeo de Desarrollo Regional

zonas abandonadas, quase todo o custo é mão de obra.. Embora se considere um valor médio de 1000 €/ha, neste caso terá de admitir-se uma variação significativa entre 500 – 1500 €/ha.

Aquisição de equipamentos. Considera-se um valor global de 10 000 € por equipa para um kit contra incêndios e equipamento de resinagem mais evoluído como carrinhos de colha, ferramentas e outros pequenos equipamentos.

Assim fica definido claramente que intervenções vão ser apoiadas no NDR. No que se refere á participação dos resineiros nas acções de defesa durante a época de incêndios deverá fazer-se a sua integração no sistema municipal DFCI da seguinte forma:

- Vigilância e detecção – programação de rotas de vigilância a determinadas horas do dia com uma tradução em km percorridos, tempo vigilância e tempo de permanência em locais estratégicos; procurando integrar esta acção nos percursos naturais relacionados com o trabalho das renovas.
- Acções relacionadas com a extinção sobretudo na primeira intervenção e rescaldo6 – o envolvimento nestas acções tem sempre uma grande dose de aleatoriedade, já que dependerá da ocorrência de incêndios. De qualquer maneira deverá à partida existir a disponibilidade para um apoio da equipa de resineiros às equipas de primeira intervenção e de rescaldo. Esse apoio poderá revestir-se de múltiplas formas; primeira intervenção até chegarem os meios de combate, fornecimento de informação de apoio à decisão (indicação de caminhos, áreas com silvicultura preventiva, pontos críticos, zonas de oportunidade, etc), participação no rescaldo e na vigilância pós-rescaldo.

3.4.2. BENS IMATERIAIS

Considera-se que, para possibilitar a aplicação da medida proposta e potenciar as vantagens da resinagem como ferramenta territorial de defesa contra incêndios decorrentes da implementação dos NDR, será necessário criar medidas complementares de cariz técnico que aqui englobamos na designação genérica de “bens imateriais” por analogia com a nomenclatura utilizada no PDR.

Nos bens imateriais incluímos três tipologias de despesas: Estudos, Cartografia e planificação, elaboração e acompanhamento das candidaturas.

6 Para evitar mal entendidos formais, quando se fala aqui numa participação na extinção refere-se sempre a um apoio aos meios de combate, e nunca a uma participação directa no combate, cuja responsabilidade está legalmente atribuída aos bombeiros.